

Esforço concentrado

O atual Congresso Nacional, que encerra dia 15 de dezembro suas atividades este ano e no dia 31 de janeiro de 1995 seus quatro anos de legislatura como um dos piores Paramentos brasileiros de toda a história do País, tanto do ponto de vista da "produtividade" quanto do ponto de vista ético, tem, a partir de hoje, em mais um esforço concentrado marcado por seus dirigentes, a última oportunidade de recuperar um pouco do respeito da opinião pública, que ele perdeu pelo desinteresse e o descaso com que os parlamentares trataram — ou deixaram de tratar — dos assuntos de sua responsabilidade. O que é importante, pelo menos para os muitos parlamentares que continuarão em Brasília nos próximos quatro anos.

Deputados e senadores, se tiverem um pouquinho de boa vontade e de disposição para o trabalho, duas coisas que faltaram à maioria durante a maior parte desses quatro anos de mandato, podem votar, nesses poucos mais de 20 dias que faltam para o recesso legislativo, pelo menos quatro projetos que facilitariam a tarefa do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso — e beneficiariam toda a população brasileira —, pois representarão um substancial reforço ao programa de estabilização da economia.

O primeiro deles é o projeto de lei do Orçamento de 1995, que deve, obrigatoriamente, ser votado até o último dia do ano — o que não aconteceu no ano passado com o Orçamento de 94, só aprovado agora em outubro. O futuro governo precisa ter, para o próximo ano, um Orçamento equilibrado, austero, sem o festival de despesas que os parlamentares se acostumaram a plantar nos orçamentos dos últimos anos.

Entretanto, apesar de tudo que se viu com o impeachment de Collor e a CPI do Orçamento, 29 mil emendas, em sua quase totalidade casuísticas, fisiológicas, ampliando despesas, foram apresentadas ao

projeto original preparado pela Seplan. Se elas forem acatadas pelo relator e aprovadas pelo plenário do Congresso certamente irão trazer complicações para a política antiinflacionária. Assessores políticos do presidente eleito e membros da equipe econômica têm-se empenhado, nos últimos dias, em evitar esse desastre, tentando convencer deputados e senadores a abrir mão de suas emendas em nome do interesse maior da sociedade brasileira de livrar-se definitivamente da inflação. O que não acontecerá, como todos sabem, enquanto os gastos públicos não forem contidos.

Outro projeto que interessa ao futuro governo, como um reforço da contenção dos gastos públicos, é o que limita as despesas dos Estados e municípios com pessoal a 65% de sua receita corrente líquida. De autoria da deputada Rita Camata, ele já passou pela Câmara, estando agora na dependência apenas de votação no Senado. Seria um freio na tendência dos Estados e municípios de manter inchadas folhas de pagamento — muitos gastam quase tudo que arrecadam só pagando salários — e, por conta disso, de viver pedindo dinheiro à União.

Na dependência apenas dos senadores estão dois outros projetos que Fernando Henrique Cardoso também gostaria de ver aprovados até o fim deste ano: a lei de Concessão dos Serviços Públicos, que facilitaria a desestatização e a entrada de investimentos externos no setor vital de infraestrutura econômica do País, e a Lei de Propriedade Industrial, conhecida também como lei de patentes, que acabaria com a ameaça constante de retaliação que paira sobre as exportações brasileiras e daria um claro sinal ao mundo industrializado de que o Brasil é um parceiro comercial confiável e um aliado político sério.

Portanto, ao trabalho senhores parlamentares.

JORNAL DA TARDE 3 NOV 1994

Congresso